

O arquitecto José do Couto em terras da Beira

Regina ANACLETO *

No reinado de D. José, e após as modificações políticas, económicas, sociais e mentais operadas no país sob a batuta do marquês de Pombal, a reforma da Universidade de Coimbra torna-se uma necessidade imperiosa e a 28 de Agosto de 1772, o rei assina a «Carta de Roboração» dos novos Estatutos.

Na sequência deste trâmite, o ministro josefino desloca-se a Coimbra, com a incumbência de fazer publicar aquela legislação e de remover todos os impedimentos que pudessem surgir «na fundação da Nova Universidade».

Os *Estatutos Novos*, solenemente entregues à Universidade¹, modificavam tanto a estrutura curricular, que passaria a estar imbuída da nova filosofia vigente na Europa culta de então, como transformavam a organização administrativa, a vida económica e até mesmo os ritos e as cerimónias.

A par com a reforma do ensino tornava-se necessário encontrar espaços adequados à leccionação das novas matérias e nada melhor do que deitar mão ao, agora devoluto, complexo jesuítico² que se erguia ali, quase paredes-meias, com o Paço das Escolas.

O marquês de Pombal, quando regressa à capital, a 24 de Outubro, deixa iniciada a «nova fundação» da Universidade mondeguinta e á frente dos traba-

NOTA: A elaboração deste trabalho só foi possível graças à benevolência de Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor D. Albino Cleto, Bispo-Conde de Coimbra e à boa vontade do pároco de Nogueira do Cravo, Rev.^{do} Senhor P.^e Cândido Plácido da Costa, que me permitiram a consulta dos livros existentes no Arquivo Paroquial. Uma palavra de Amizade para o Rev.^{do} Senhor P.^e Dr. José Eduardo dos Reis Coutinho e para a minha Colega Dra. Luísa Trindade. A todos, o meu Bem-Haja.

* Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Instituto de História da Arte). Académica correspondente da Academia Nacional de Belas-Artes (Lisboa) e da Real Academia de Bellas Artes de San Fernando (Madrid).

¹ Em 29 de Setembro de 1772 o marquês de Pombal, na «sala grande da Universidade» fez «a entrega apparatusa ao Reitor dos novos Estatutos dentro de um saco de veludo». [Theophilo BRAGA, *A reforma da Universidade de Coimbra [Memoria servindo de introdução á relação do estado da Universidade de Coimbra de 1772 a 1777, apresentada ao governo por Dom Francisco de Lemos]*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1894, p. XXXIX.]

² A Companhia de Jesus fora expulsa em 1759 e os seus bens incorporados no erário real.

lhos D. Francisco de Lemos³ que, entretanto, fora nomeado Reitor-Reformador. Contudo, tornava-se necessária, a seu lado, a presença de artista de gabarito, a fim de gizár os “santuários” dessa nova cidade do saber, que tinham também de se apresentar como ícone da política vigente.

O “Marquez Vizitador” não deixaria de entregar uma tão importante empreitada senão a um arquitecto da sua inteira confiança e ordenou ao tenente coronel Guilherme Elsdén⁴ que se transferisse para Coimbra, fazendo-se acompanhar, tanto nessa altura, como posteriormente, por alguns oficiais subalternos⁵: numa primeira leva, Eusébio Vicente e Manuel Alves Macomboá⁶ e, posteriormente, José Carlos Magne e José do Couto dos Santos Leal⁷.

Elsden, que se deve ter estabelecido em Coimbra logo após o regresso do ministro à capital, enceta um verdadeiro vai-vem entre as duas cidades, bem documentado pelas missivas trocadas entre o Reitor Reformador e o marquês; era nestas alturas que o arquitecto apresentava a Pombal (ou ao rei) os projectos que ia levantando, a fim de serem aprovados, e que tinham por fim satisfazer as solicitações dos novos *curricula*.

Os edifícios destinados às faculdades onde se procedesse a «Observações, Experiências, e Demonstrações das Sciencias Naturaes», constituíam prioridades e se, alguns desses desenhos não passavam, possivelmente, de folhas soltas, outros, revestem a forma de livro luxuosamente encadernado em marroquim vermelho com ferros dourados, como acontece com vários que se conhecem e pertencem ao acervo de bibliotecas públicas ou particulares.

A actividade de Elsdén em Coimbra encontra-se balizada entre 1772 e 1777, tendo, nesta altura desaparecido, quer porque, devido ao afastamento de Pombal tenha sido postergado, tendo tido, por isso, aquilo a que se pode chamar uma “morte política”, quer porque, realmente tenha falecido, ou ainda porque possa ter regressado a Inglaterra⁸. Mas, após o desaparecimento de D.

³ D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nasceu no Brasil, no engenho de Marapicu, freguesia de Santo António de Jacotinga, a 5 de Abril de 1735. Era filho de Manuel Pereira de Lemos e Faria, natural do Rio de Janeiro, e de D. Helena de Andrade Sotomaior Coutinho. D. Francisco de Lemos, reitor da Universidade de Coimbra entre 1770-1779 e 1799-1821, era quarto neto de Amador Bueno, homem que, apesar de ter sido escolhido pela população brasileira para seu rei, recusou a honra e aclamou D. João IV. [Manuel Augusto RODRIGUES, *A Universidade de Coimbra e os seus reitores. Para uma história da instituição*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990, p. 150 e 172.]

⁴ Num outro trabalho, dedicado à reforma arquitectónica da Universidade de Coimbra no tempo do marquês de Pombal e que ainda se encontra no prelo, contextualizei a figura de Guilherme Elsdén e analisei as razões que estão na base da sua escolha.

⁵ Theophilo BRAGA, *A reforma da Universidade de Coimbra*, p. 70.

⁶ *Documentos da reforma pombalina (1771-1782)*, publicados por M. Lopes d'ALMEIDA, Vol. I, Coimbra, Por ordem da Universidade de Coimbra, 1937, p. 96 e 99-100.

⁷ Maria Luísa TRINDADE, José do Couto. *Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, em *Actas do colóquio 'A Universidade e a arte. 1290-1990'*, Coimbra, Instituto de História da Arte, 1993, p. 50 e 53.

⁸ Um documento existente na Torre do Tombo e transcrito por Sousa VITERBO, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses ou ao serviço de Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 456-457, informa que “vindo a faltar em

José, as obras não pararam na Universidade e em 1779 a responsabilidade do gabinete de riscos foi entregue a José Carlos Magne, substituído, em 1782, por Manuel Alves Macomboia⁹.

No ano de 1824, José do Couto, “mestre de obras, arquitecto professor” depois do falecimento de António Baptista¹⁰, “carpinteiro” da Universidade, vai requerer o posto vago, apresentando, a fim de justificar a pretensão, o seu *curriculum*.

Graças a este documento¹¹, ficamos a saber que ele ao tempo de Elsdén “já então era Ajudante de Risco com José Carlos Arquitecto” e exercera “o seu Officio desde o tempo das Obras Reais do Muzeu (adaptação de parte do complexo jesuítico a Museu de História Natural), e das Obras mandadas fazer na Universidade no tempo da Reforma, e tempo do Ex.^{mo} Snr’ D. Francisco de Lemos”.

A colaboração do arquitecto com Santa Cruz de Coimbra já tinha sido apon-tada, mas carecia de confirmação; Augusto Mendes Simões de Castro colocara em letra de forma, baseando-se na tradição oral, que o “magnifico guarda-vento”¹² que se encontra frente à igreja, seria da sua autoria¹³. Afinal José do Couto não só trabalhou em Coimbra com os crúzios, mas cooperara com a congregação, uma vez que se encontra documentada a sua responsabilidade nas obras do mosteiro de Refoios de Lima¹⁴.

A versatilidade do artista era grande e levou-o a percorrer o país, sobretudo a zona das Beiras; palacetes, edifícios públicos, moradias, máquinas, levanta-mentos topográficos, saíram do seu lápis. De entre os primeiros refira-se o palacete da família Pais do Amaral, sito em Mangualde, para onde projectou, antes de 1824, uma “maravilhoza escada de Caracol aberta, e suspença (...)e também a Capella dos ditos” e “o Palacio de Francisco de Paula na Folhadoza, com huma admiravel obra de escada suspença, toda sem Arco”. Da sua respon-

mil setecentos setenta e sete o mestre pedreiro e o architeto Guilherme Elsdén [,] em mil sete centos oitenta e dois ficou o supplicante [Manuel Alves Macomboia] dezempenhando as obriga-çoens destes dous empregos”. Com base neste documento não é possível inferir que Elsdén tenha falecido.

⁹ Maria Luísa TRINDADE, *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, p. 50.

¹⁰ Foi este artista, António Baptista Freire, de seu nome completo, o empreiteiro da tribuna real, executada na capela de S. Miguel, em 1782 e, dois anos mais tarde, o arrematante da obra de cobertura e madeiramento do telhado das novas cozinhas do paço reitoral. [Lurdes CRAVEIRO, *Manuel Alves Macomboia, arquitecto da reforma pombalina da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Instituto de História da Arte. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 1990, p. 12 e 13.]

¹¹ O documento, existente no Arquivo da Universidade de Coimbra, já se encontra transcrito em Maria Luísa TRINDADE, *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, p. 51-52.

¹² Trata-se do arco fronteiro à porta principal do templo.

¹³ A. M. Simões CASTRO, *Guia historico do viajante em Coimbra e arredores*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 42.

¹⁴ “e tambem foi Mestre de Obra, e Arquitecto em S.^{ta} Cruz 20 anos, e nesse tempo reformou tudo com Obras, porq’ não só era Mestre de S.^{ta} Cruz, mas tambem de toda a Congregaçao, em cujo tempo fes muitas Tribunas, e Retabulos para as Igrejas”

sabilidade é também o projecto da varanda do palacete de S. Martinho ¹⁵, pertença da Universidade; a estrutura assenta sobre quatro arcos em forma de cesto, separados por pilastras adossadas e apresenta-se sóbria, bem ritmada, já a inserir-se dentro de uma estética que se pode considerar protoneoclássica.

De entre os edifícios públicos ressalte-se o projecto para a cadeia e tribunais de Coimbra, de que nos resta o alçado, e que deveria ser erguido na rua da Sofia, bem como a cadeia de Arganil, tal como o anterior imóvel jamais construído, mas que D. Francisco de Lemos, bispo de Coimbra e conde daquela vila desejava ali fazer erguer, “assinando” o patrocínio com a aposição das suas armas sobre a porta, como expressamente referiu ¹⁶.

Uma vez que, em 1824, José do Couto é nomeado mestre-de-obras da Universidade, cargo que ocupou até à sua morte ou afastamento por doença, facto que ocorreu em 1829, passa a ter como obrigação tomar apontamentos, desenhar projectos, calcular orçamentos, construir e manter os edifícios daquela instituição. Refiram-se apenas, como meros exemplos, o risco destinado a uma casa da Rua de S. Jerónimo e as plantas, corte e alçado de uma outra a erguer na Couraça dos Apóstolos ¹⁷. Para esta habitação apresenta dois alçados, que, embora inserindo traços comuns, diferem entre si; contudo, não deixa de advertir de que o mais simples, fica mais barato, “mas sem semetria e não leva escada ao meio”.

A construção do Jardim Botânico, que se instalava em parte da cerca dos frades beneditinos e ocupou, posteriormente, uma parcela da dos Marianos, não se consumou na vigência dos mandatos de D. Francisco de Lemos e, seguindo um plano traçado por Mattiazzi, e não só, a sua feitura prolonga-se até 1867. José do Couto colabora na primeira fase dos trabalhos e mais tarde, em 1818, risca o projecto do portão principal ¹⁸, propondo, na mesma lauda, duas soluções diferentes. Escolhida a mais sóbria, a porta principal do Jardim Botânico só viria realmente a ser erguida em 1843 ¹⁹.

Além de arquitecto, foi engenheiro, pois riscou pontes, elaborou mapas e “levantou o risco e planta topografica do Rio de Soure p.^a se fazer navegavel”. Igualmente se dedicou à mecânica e no seu *currículum* afirma ter projectado uma “máquina de lagar de Imprença por novo methodo, e mais muitas outras maquinas”, facto comprovado pelo desenho de um aparelho de serrar madeira movido a energia hidráulica, riscado por si, e pertencente ao acervo do Museu Nacional de Machado de Castro.

Propositadamente deixei os templos em que José do Couto exerceu a sua actividade para o fim e, antes de entrar no assunto, seja-me permitido, em jeito

¹⁵ Maria Luísa TRINDADE, *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, p. 64.

¹⁶ Os dois projectos integram o acervo do Museu Nacional de Machado de Castro.

¹⁷ Estes projectos pertencem ao acervo da BGUC e neles pode ver-se a assinatura do arquitecto e a data de 1828.

¹⁸ Pode ler-se no documento: “Aprovado este Pórtico pelo Ill.^{mo} Senhor Bispo Conde em 10 de maio de 1818 para se executar. Dr. Neves”.

¹⁹ Maria Luísa TRINDADE, *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, p. 68.

de nota de rodapé, referir que para a “Cidade do Porto [riscou] as Hospedeiras do Mosteiro da Serra” do Pilar, pouco tempo volvido quase praticamente arrasadas devido às lutas liberais.

O arquitecto, em 1824, já ocupando o lugar de mestre-de-obras titular da Universidade de Coimbra, está encarregado de continuar os trabalhos de consolidação do zimbório da igreja de S. Tiago do Lourçal²⁰ e, quiçá da reedificação do próprio templo, bem como de fornecer os apontamentos e riscos respeitantes às obras necessárias na capela-mor da igreja de Santa Maria da Arrifana, em Poiães²¹; ambas as fábricas pertenciam ao padroado da Universidade²².

Finalmente refiram-se as igrejas erguidas em Midões e em Nogueira do Cravo, ambos situados numa zona próxima de Arganil, o primeiro no concelho de Tábua e o segundo no de Oliveira do Hospital; mas, apesar de já se integrarem na Beira Alta, ambas as vilas pertencem à diocese de Coimbra. Da construção da primeira conhecem-se algumas fontes indirectas, porque desaparecidas, embora já publicadas e da segunda, revelarei alguns dados inéditos contidos em livros pertencentes ao respectivo Arquivo Paroquial.

A matriz de Midões mudou, ao longo dos tempos, de orago, tendo passado por São Plágio e por Nossa Senhora do Pranto, actualmente chamada das Neves²³.

As referências acerca do primitivo templo são escassas, até porque se uns dizem que “a igreja antiga, duma só nave, ficava um pouco mais à frente, [da actual] no sítio do cruzeiro”²⁴, outros afirmam, quiçá mais acertadamente, que foi “começado em fins do século XVIII no mesmo local onde outrora se erguia a velha parochial da idade média, de que hoje só resta o cruzeiro que os nossos avós deixaram, com muito bom senso, ficar de pé dentro do antigo cemitério”²⁵.

Certezas só as encontramos no que toca ao nome do autor do projecto da nova fábrica, erguida certamente na charneira dos séculos XVIII-XIX, e isto porque José do Couto o afirmou no seu *curriculum*.

²⁰ Um documento de 1822, assinado por “Jose do Couto dos S.^{tos} Leal”, refere-se aos “Apontamentos da obra de Pedreiro q se ade fazer no Zimborio do Lourçal p^a tirar a Agoa q mete quando chove na Capella Mor. [AUC, *Universidade de Coimbra, Fazenda, Renda do Lourçal*, sec. XVIII-XIX, Depósito IV, Secção 1.^a E, Estante 16, Tabela 3, N.º 25.]

²¹ “Por ordem da Real Junta da Fazenda foi a Santa M.^a d’Arrifana de Poiães rever a obra de que perciza a Capella Mor de que deu parte á m.^{ma} Junta o Mestre Joze do Couto e está euidan (?) nos apontamentos e risco e gastou dias 2 a 1000 (=) 2\$000 Cavalgada 2 a 6000 (=) 1\$200 Ração e palha por \$600 (=) 1\$800”. [AUC, *Registo das Folhas das Obras da Universidade*, Livro V, “Bens do bispado, 25 de Novembro de 1824”, Depósito IV, Secção 1.^a E, Estante 10, Tabela 2, N.º 22.]

²² Maria Luísa TRINDADE, *José do Couto. Arquitecto titular da Universidade de Coimbra. 1824-1829*, p. 60-61.

²³ Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1953, p. 239.

²⁴ Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, p. 239.

²⁵ António Duarte d’Almeida VEIGA, *Midões e o seu Velho Município*, p. 239.

A data do início da construção é omissa e apenas se sabe que a primeira missa a ser celebrada no novo templo aconteceu a 15 de Agosto de 1822; era então pároco da freguesia o reverendo José d'Araújo Nogueira, indigitado promotor da obra²⁶, e oficiou a cerimónia o cônego D. Inácio Tavares Pinto de Albuquerque, ilustre filho da terra.

A verdade, porém é que no *Tombo* da igreja, entretanto desaparecido, aquele presbítero escreveu, à data da inauguração da igreja, que “a construção, só até ao arco do cruzeiro, levou a fazer vinte para vinte e cinco anos”²⁷, o que conduziu à improbabilidade de aquele sacerdote ter sido o encomendante do templo.

Exteriormente, o edifício mostra uma certa imponência, no seu estilo barroco tradicional, facto que terá levado um dos bispos-condes de Coimbra, numa visita pastoral realizada em finais do século XIX, a chamar-lhe “catedral das beiras”²⁸.

A fachada, de duas torres, que segue as linhas moderadas do setecentismo final, apresenta-se dividida em três corpos por pilastras graníticas adossadas às paredes e coroada por um frontão de lanços, onde se encontra insculpida uma pseudocoroa de louros a rodear uma irradiação solar.

Na religião cristã o significado da coroa assume grande complexidade, mas é, antes do mais, o emblema da vitória e da recompensa²⁹. Contudo, na cultura judaico-cristã, a coroa está reservada aos que amam Cristo e é passível de se aproximar à grinalda que os iniciados recebem nos cultos mistéricos. Transpondo este entendimento, poder-se-á pensar que a coroa simboliza a iniciação cristã, isto é, o baptismo³⁰. Por seu turno, o louro simboliza a imortalidade³¹ e se não representa a consagração exterior e visível de uma actividade, em si própria, pressupõe uma série de vitórias exteriores sobre as forças negativas e dissolventes do inferior³².

O simbolismo do sol apresenta-se tão multivalente como rica é, em contradições, a realidade solar: fonte da luz, do calor e da vida, os seus raios representam as influências celestes (ou espirituais) recebidas pela terra. Se não se pode considerar como sendo o próprio deus, o sol funciona para muitos povos como uma manifestação da divindade (epifania urânica)³³.

O núcleo do simbolismo solar que, por si mesmo, pode constituir uma religião completa, passa por o considerar uma força heróica e generosa, criadora e

²⁶ Tanto José da Costa SARAIVA, *Monografia de Midões*, s/l, Edição do Autor, 1986, p. 33 e 37, como Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, p. 239, referem como promotor da construção este presbítero.

²⁷ António Duarte d'Almeida VEIGA, *Midões e o seu Velho Município*, p. 240.

²⁸ Maria de la Salette TRINDADE, *A igreja paroquial de Midões*, Coimbra, 2000, p. 17 [Trabalho de seminário da licenciatura em História, variante de História da Arte. Policopiado.]

²⁹ José Luis MORALES Y MARÍN, *Diccionario de iconologia y simbologia*, Madrid, Taurus, 1984, p. 107.

³⁰ Jean CHEVALIER; Alain GHEERBRANT, *Diccionario de los simbolos*, Barcelona, Herder, 1986, p. 349.

³¹ José Luis MORALES Y MARÍN, *Diccionario de iconologia y simbologia*, p. 204.

³² Juan-Eduardo CIRLOT, *Diccionario de simbolos*, Barcelona, Labor, 1985, p. 268.

³³ Jean CHEVALIER; Alain GHEERBRANT, *Diccionario de los simbolos*, Barcelona, Herder, 1986, p. 949.

dirigente, porque o sol é, em realidade, um símbolo da fonte de vida e da definitiva totalidade do homem ³⁴.

Mas regressemos à análise da fachada da paroquial de Midões e assinalemos que o andar inferior se encontra separado do superior (onde se rasgam três janelas molduradas) por uma faixa granítica, que o frontão que remata a porta principal da igreja se pode considerar uma réplica simplificada e reduzida do que coroa o edifício e que as duas torres apresentam um remate bulboso.

O interior, de nave única e capela-mor, destaca-se pela sobriedade e clareza de volumes, vigorosamente contrastadas pelo branco das paredes e pela cantaria escura existente nas molduras das janelas, das portas e dos confessionários, a par com o do revestimento do arco triunfal e do arco do coro alto, bem como da tarja que rodeia todo o espaço da igreja.

Os retábulos, embora já entalhados no século XIX, seguem uma tipologia, para a época, totalmente ultrapassada, mas que era comumente utilizada pelos artistas ensambladores existentes da região ³⁵.

O templo de Midões, que exteriormente ostenta um aspecto monumental, apesar da data tardia em que foi construído, insere-se como já disse, na estética barroca, então a poder considerar-se arcaizante.

A, outrora, vila de Nogueira do Cravo foi senhorio dos bispos-condes aemi-nienses que, alternadamente com o Papa, apresentavam os párocos.

O seu primeiro foral, episcopal, foi-lhe outorgado em Avô, no mês de Maio de 1177 e no século XVI, quando D. Manuel procedeu à reforma das antigas cartas, também Nogueira do Cravo recebeu foral, a 12 de Setembro de 1514 ³⁶.

O padre João Caldeira de Lemos, que assinou a *Informação Paroquial* de 1721, mostra-se extraordinariamente lacónico no que respeita à matriz de Nogueira do Cravo e o mesmo acontece com as referências fornecidas a 12 de Abril de 1758 pelo padre. J. Valente da Costa Godinho. Mas a actual fábrica paroquial não é a que nessas datas se erguia na vila, porque o arquitecto José do Couto, o mesmo responsável pelo projecto da de Midões, intitula-se 'pai' do seu risco e porque, num dos cunhais exteriores, se encontra aposto o milésimo de MDCCCV, data que, como é usual, se reporta ao final da construção.

A fachada pode considerar-se um interessante exemplar da arte provincial e mostra o aspecto típico do estilo regional utilizado na charneira dos séculos XVIII-XIX, embora com persistência das tradições setecentistas. Pilastras dóricas colossais dividem a frontaria em três panos e o entablamento geral que as une, forma, ao centro, uma curva. Coroa a zona superior da frente do templo um ático balaustrado, ostentando nas extremidades uns pseudofogaréis estilizados.

Ao centro, levanta-se a torre sineira, de um só corpo, com pilastras adossadas aos cunhais, entablamento granítico ondulado e remate moldurado. Nos

³⁴ Juan-Eduardo CIRLOT, *Diccionario de símbolos*, p. 417-418.

³⁵ Podem citar-se como exemplos o que se passou em Coja, Benfeita e na capela do Senhor da Agonia (Arganil). [Regina ANACLETO, *Arganil*, Lisboa, Presença, 1996, p. 32-52 e 103-110.]

³⁶ Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, p. 177.

quatro ângulos da estrutura volta a repetir-se a existência de idênticos pseudo-fogareús. No paramento da sineira, entre a ventana e a balaustrada cavam-se dois nichos que albergam esculturas de granito, representando, estranhamente, a *Virgem com o Menino* e *Santa Bárbara*.

Esta santa, de existência muito duvidosa, ocupa o nicho da direita e, vestindo, como todas as virgens, a túnica talar das donzelas romanas, segura numa das mãos a palma do martírio e, na outra, um ostensório, porque ela é considerada garante de uma boa morte relativamente aos que se encontram sob a sua protecção; ao lado encontra-se uma torre com três janelas, lembrando a estrutura onde o pai a enclausurou, antes de haver sido decapitada. Durante o cativeiro, a donzela mandou abrir a terceira janela e, posteriormente, explicou ao pai irado que daquele jeito, as aberturas significavam a Trindade e, simultaneamente, a fonte que ilumina a alma ³⁷.

O da esquerda é povoado pela imagem da *Virgem com o Menino*, segurando na mão esquerda um atributo de difícil identificação, talvez um ceptro ou uma açucena. Este tipo de virgens surge sob o signo da ternura e, multiplicando-se a partir do século XIII, continuam a proliferar mesmo pelo XX dentro ³⁸.

Dá acesso ao átrio, que se cava no pano médio, um arco ladeado de pilastras e coroado por um frontão interrompido, sobrepujado por um óculo oval; duas janelas sobrepostas, rematadas por vergas curvas, ocupam os panos laterais.

A porta que se abre na parede do lado direito do templo, é enquadrada por pilastras colocadas em ângulo e coroada por um frontão ondulado interrompido, rematado por fogaréu. Decora o centro do lintel, ligeiramente encurvado, um pseudo-rosetão elipsoidal, que faz lembrar um sol e ornamenta o tímpano uma concha, rodeada de elementos vegetalistas estilizados. Trata-se de um magnífico portal em que se encontra bem patente a volumetria barroca.

O interior da igreja, de uma só nave e abside rectangular, insere o retábulo-mor, dois colaterais e dois laterais, inscritos em arcos parietais, mas destituídos de interesse, salvo a curiosidade de num deles se encontrar uma maquete com figuras de barro, do século XVIII, relacionadas com a morte da Virgem e que transitaram do convento de Vila Pouca ³⁹. O retábulo principal e os colaterais não devem ter sido feitos ao mesmo tempo ou não saíram da mão do mesmo ensamblador, porque, enquanto o primeiro, muito sóbrio, aponta para caminhos mais neoclassicizantes, os outros dois pendem para um rococó estilizado. Certamente foram já entalhados no século XIX, embora apresentem ligações estéticas ao século precedente, o que se compreende, porque quase

³⁷ Juan FERRANDO ROIG, *Iconografía de los santos*, Barcelona, Omega, 1950, p. 56. Gaston DUCHET-SUCHAUX; Michel PASTOUREAU, *La bible et les saints. Guide iconographique*, Paris, Flammarion, 1994, p. 59. Catherine RAGER, *Dictionnaire des sujets mythologiques, bibliques, hagiographiques et historiques dans l'art*, s/l, Brepols, 1994, p. 88.

³⁸ Gaston DUCHET-SUCHAUX; Michel PASTOUREAU, *La bible et les saints. Guide iconographique*, p. 236.

³⁹ Vergílio CORREIA e António Nogueira GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal, Distrito de Coimbra*, p. 177.

sempre eram chamados mestres locais, que seguiam esquemas arcaicos, uma vez que não mantinham contactos com os meios artísticos mais actualizados.

Extrapolando, porém, o título do meu trabalho queria referir que, se o edifício da igreja de Nogueira do Cravo ficou concluído no início da centúria, a decoração prolongou-se até ao final da mesma. Comprovam-no os documentos que encontrei no *Livro de Actas* da Junta de Paróquia, no livro *Diário* e no *Livro de contas “da receita e despesa da confraria do Santíssimo Sacramento”*, depositados no Arquivo Paroquial daquela vila. Deduzo que os altares colaterais terão sido aparelhados (o preço não permite pensar em pintura e douramento) em 1860, já depois da pintura do tecto, porque foram gastos 29\$500 réis “com a receita das tintas que se comprarão para os dois Altares Colatraes e mão de obra dos mesmos”⁴⁰. Em 1855 procedeu-se à pintura dos confessionários e do púlpito, mas por administração directa⁴¹.

As grandes obras de embelezamento do templo de que temos notícia certa, iniciaram-se em 1853, já depois de ser pároco de Nogueira do Cravo o padre Manuel da Costa de Vasconcelos e Cunha⁴² e reportam-se à pintura do tecto da igreja e do da capela-mor. As condições de arrematação foram minuciosamente expressas na acta da reunião da Junta de Paróquia, realizada a 16 de Outubro daquele ano. O tecto, pintado de azul claro, apresentaria no centro um ornato ovado, decorado com ramagem e silvas e rodeado de caixilhos. Junto da cimalha correria uma faixa cor de carne ou amarelada e, sobre ela, uma “silva” com “quatro palmos de largura”, “colorida com variedade” que, nos quatro ângulos, “levará ramos em proporção da obra”. Os tirantes de ferro deviam ser pintados de branco e as pinhas douradas. Na capela-mor seguir-se-ia o mesmo esquema da igreja, mas “com a diferença de que os ornatos devem diversificar, e terão o tamanho que a obra pedir”. Este trabalho não foi posto a concurso e a Junta chamou o mestre pintor Manuel Rodrigues, que vivia na vila, para se encarregar de o fazer, tendo combinado com ele o pagamento de “oitenta e oito mil reis metalicos”, bem como o prazo de três meses para o aprontar⁴³.

Vasconcelos e Cunha não permaneceu muito tempo em Nogueira do Cravo⁴⁴, pois quando a Junta de Paróquia pensou em pintar o coro e as grades do comunhão já era vigário o padre António Caetano do Valle. A 1 de Fevereiro de 1857 a Junta de Paróquia deliberou encetar as obras e redigiu os apontamentos a que deveria ficar sujeito o artista executante.

⁴⁰ ARQUIVO PAROQUIAL DE NOGUEIRA DO CRAVO [APNG], *Diário*, p. 38.

⁴¹ “com o pintor em principio do pagamento da obra do púlpito e portas dos confeccionarios” 9\$600; “mais com o mesmo pintor” 4\$800; “mais com o m.^{mo} pintor” 4\$500. [APNG, *Livro de contas “da receita e despesa da confraria do Santíssimo Sacramento”*, ano de 1855, f. 18 v.]

⁴² O padre Manuel da Costa de Vasconcelos e Cunha era natural de Alvares (quinta das Tulhas) e morreu em Arganil a 22 de Março de 1908, com 86 anos de idade.

⁴³ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 15-15v.

⁴⁴ Em 1858 passou a paroquiar a freguesia de Pombeiro da Beira. [José CALDEIRA, *Memória cronológica dos párocos de Arganil de 1556 a 1910*, VIII, “A Comarca de Arganil”, 8921, Arganil, 1986.04.15.]

Para pintar o forro do coro serviria de modelo o tecto da igreja, tendo em conta as devidas proporções; além disso, a base onde os balaústres assentavam era pintada a imitar pedra, bem como a coluna existente no altar das almas; a tábua que rematava os referidos balaústres tomaria a cor de café.

As grades do comungatório apresentariam o soco dos balaustres a fingir pedra mármore e a talha que os ornamentava, bem como a meia cana, seria dourada a mordente; os que não fossem decorados com talha, “ate ao rebordo da taboa, que lhe serve de capa e onde se pousão as mãos serão como a columna azul do altar das almas a qual servirá de modello” e a “taboa que lhe serve de capa ficará de côr de café”.

Mais uma vez a obra não foi posta a concurso e a Junta de Paróquia chamou, desta feita, o mestre pintor Luís José Costa, também ele residente em Nogueira do Cravo, para a fazer “pela quantia de quarenta mil reis, metalicos”, obrigando-o a apresentá-la terminada até 15 de Abril ⁴⁵.

Quatro anos depois, a 1 de Junho, a Junta deliberou mandar dourar a tribuna da capela-mor e, desta vez, lavrou atempadamente um edital que fez afixar também nos lugares públicos das freguesias vizinhas ⁴⁶. Contudo, deu-se conta de que os mestres pintores, sem conhecerem as cláusulas que lhe iam ser impostas não podiam licitar a obra e, no mesmo dia da arrematação, a 20 de Junho de 1861, reuniu, a fim de as determinar. Ficou então deliberado que o arrematante teria de aparelhar o retábulo de novo, porque há já muitos anos que ele se encontrava com aparelho, e “empregarem-se-lhe aquellas mãos tantas quantas o Artista entender são suficientes para se principiar a dourar no *gosto mais moderno* tendo para este fim em vista o dourado da Tribuna da Igreja do Convento de Villa pouca” que serviria de modelo. Mas, neste retábulo de Nogueira do Cravo, a banquetta teria de ser “estufada de azul e o lizo da porta do Sacrario toda grunhida, depois de dourada”. “Além d’isso todos os fundos das peças douradas fuscados e em tudo o mais observando-se o gosto tanto no dourado como nas cores que se apresentam na Tribuna de Villa pouca” ⁴⁷.

Disputaram a pintura do retábulo dois concorrentes: Luís José da Costa, de Nogueira do Cravo e José Joaquim Ricardo morador em Midões; acabou por ser este último a arrematar o trabalho por trezentos e sessenta mil réis ⁴⁸.

A 3 de Junho de 1862, a Junta de Paróquia chamou o “Mestre Pintor Miguel Monteiro” ⁴⁹, da Cidade de Vizeu a fim de examinar a obra do douramento e pintura da Tribuna” e, como tudo se encontrasse de acordo com os aponta-

⁴⁵ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 22-22v.

⁴⁶ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 32v-33.

⁴⁷ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 33-34.

⁴⁸ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 34-34v.

⁴⁹ A Junta de Paróquia despendeu 8\$760 réis “com o Revizor da Obra da Tribuna”. APNG, *Diario*, p. 45.

mentos apresentados, decidiu não só aprovar o trabalho feito, como entregar uma gratificação de quarenta mil réis ao pintor, a título de indemnização pelo comprovado prejuízo que tivera⁵⁰.

Mas voltemos a Midões e a Nogueira do Cravo, a fim de constatar que os projectos dos dois templos, cuja paternidade não levanta qualquer dúvida, pois o próprio Couto afirma, no já citado documento entregue na Universidade, que “fez o grande Templo de Midoens, e o Templo de Nogueira do Cravo na Beira”, não deixaram rasto; contudo, no Museu Nacional de Machado de Castro existe uma folha avulsa onde o arquitecto traçou nove plantas de igrejas, todas elas diferentes, “para que se escolha a que melhor parecer”, como se pode ler na legenda que ocupa o canto superior direito. De entre estes projectos, justamente o mais simples de todos, é o que mais se aproxima da planta utilizada nas duas igrejas.

Por fim, resta fazer um balanço à obra conhecida de José do Couto. Sem poder ser considerado um arquitecto de primeiro plano, a verdade é que deixou feita uma obra vasta, como ele próprio afirma no seu *curriculum*: “outras muitas Obras por todo o Reino q’ omitto” todas elas “com bom credito, e rectidão de Conciencia, [e] aprovação geral”.

Deve, porém, realçar-se que, nos seus projectos, se cruzam os estilos e se trava um diálogo entre a clareza do neoclassicismo e a estética tardobarroca, sem esquecer a influência dos prédios de rendimento da lisboeta baixa pombalina bem documentada, por exemplo, na casa da Couraça dos Apóstolos. E se o primeiro gosto artístico referido se faz sentir na varanda do palacete de S. Martinho ou na projectada cadeia e tribunais de Coimbra, o segundo passa pelas igrejas de Midões e de Nogueira do Cravo. Esta dualidade deve ter a ver com os promotores das obras e, também, com a sua própria formação. Certamente educado em Lisboa, onde o gosto barroco se encontrava fortemente implantado, transfere-se para Coimbra e sofre a influência de Elsdén; por isso não admira que assimilasse a gramática protoneoclássica utilizada por aquele nos edifícios universitários, construídos, ou não, e acabasse por utilizar ambos os gostos, embora aponto-lhe a sua própria personalidade.

A tradição barroca e o novo estilo encontram-se reunidos em José do Couto, autor do risco das paroquiais de Midões e de Nogueira do Cravo, edifícios ainda arcaizantes, certamente fruto do desejo expresso dos encomendantes, influenciados pelo estilo então ainda utilizado no interior do país, que não tinha acesso aos modernos figurinos internacionais; mas a verdade é que o artista em causa, em virtude do trabalho desenvolvido ao longo da sua carreira, merece não continuar a ser um ausente na História da Arte portuguesa.

⁵⁰ APNC, *Livro de actas da Junta de Paróquia*, com termo de abertura datado de 4 de Janeiro de 1852, f. 37v.

